



Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros¹

Revolution 4.0 in Judicial Power: Mapping the Use of Artificial Intelligence in Brazilian Courts

ARK: 44123/multi.v5i10.1203

Recebido: 09/05/2024 | Aceito: 06/07/2024 | Publicado on-line: 09/07/2024

Derick Heliston Ferreira Batista²

<https://orcid.org/0000-0003-2355-771X>

<https://lattes.cnpq.br/4617096363773691>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: derickheliston@gmail.com

Bruna Fernanda de Lima³

<https://orcid.org/0009-0004-7312-4327>

<http://lattes.cnpq.br/7142805990584271>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: brunafernandaferreira@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros". Este artigo é de autoria de Fernanda Bragança e Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro" no Vol. 23, edição n. 46, jul.-out. 2019.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Poder Judiciário. Tecnologia. Revolução 4.0. Brasil.

Abstract

This is a review of the article entitled "Revolution 4.0 in Judicial Power: Mapping the Use of Artificial Intelligence in Brazilian Courts". This article is authored by Fernanda Bragança and Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança. The reviewed article was published in the journal "Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro" in Vol. 23, issue n. 46, Jul.-Oct. 2019.

Keywords: Artificial intelligence. Judiciary. Technology. Revolution 4.0. Brazil.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Roberta dos Anjos Matos Resende*.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros", escrito por Fernanda Bragança e Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança, publicado no periódico "Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro", Vol. 23, n. 46, jul.-out. 2019.

Para compreender melhor as autoras deste artigo, vamos explorar brevemente seus currículos. A formação acadêmica e as experiências profissionais de uma autora desempenham um papel crucial na forma como ela aborda os temas sobre os quais escreve. Portanto, vejamos um pouco sobre a trajetória de cada uma das autoras.

A primeira autora deste artigo é Fernanda Bragança, doutoranda no Programa de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela é mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Direito pela mesma instituição. Sua pesquisa se concentra na aplicação de tecnologias emergentes no sistema judiciário, com ênfase em inteligência artificial. Fernanda tem diversas publicações acadêmicas e participa de projetos de pesquisa relacionados à inovação tecnológica no setor jurídico.

A segunda autora deste artigo é Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança, doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela possui uma extensa experiência em direito processual e sociologia jurídica, com diversas publicações em revistas científicas renomadas. Laurinda tem atuado em projetos de pesquisa que exploram a interseção entre direito e tecnologia, especialmente no uso de inteligência artificial no judiciário.

O artigo é na forma de Introdução, Noções Preliminares sobre a Inteligência Artificial, A Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro, Conclusão e Referências. Cada seção aborda aspectos específicos da adoção e implementação da IA no sistema judiciário brasileiro.

As autoras, Fernanda Bragança e Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança, investigam o uso de IA no Judiciário brasileiro, buscando identificar os órgãos que utilizam essa tecnologia e suas respectivas funções. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica e destaca a IA como uma ferramenta cada vez mais comum em atividades diárias, como reconhecimento facial e comandos de voz, especialmente desde 2016, quando sua adoção cresceu devido à redução de custos e à maior capacidade de processamento de dados.

O tema deste artigo é "Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros". Foi discutido o seguinte problema: "Como a inteligência artificial tem sido utilizada nos tribunais brasileiros e quais são os resultados dessa aplicação?". O artigo partiu da seguinte hipótese: "A aplicação da IA nos tribunais brasileiros tem o potencial de aumentar a eficiência e a celeridade dos processos judiciais".

Neste artigo, o objetivo geral foi "investigar a aplicação da IA nos tribunais brasileiros e os impactos dessa tecnologia na eficiência dos processos judiciais". Os objetivos específicos foram: "1) Mapear os tribunais que utilizam IA; 2) Identificar as funções desempenhadas pela IA nesses tribunais; 3) Analisar os resultados obtidos com a aplicação da IA".

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: "A aplicação da IA no Judiciário é um tema de grande relevância tanto para profissionais da área jurídica quanto para a sociedade em geral. A utilização de tecnologias emergentes pode aumentar a eficiência dos processos judiciais, reduzir custos e melhorar a qualidade

das decisões. Além disso, a pesquisa contribui para a ciência ao fornecer dados empíricos sobre a adoção da IA no Judiciário brasileiro e seus impactos".

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foi uma revisão bibliográfica. As autoras analisaram diversos estudos e projetos de IA implementados nos tribunais brasileiros, focando na identificação das funções desempenhadas e nos resultados obtidos. Esta abordagem permitiu uma compreensão ampla e detalhada do estado atual da tecnologia no Judiciário.

Como introdução, as autoras contextualizam a importância da Revolução 4.0 e a crescente adoção de IA no Judiciário brasileiro. Elas destacam que a IA tornou-se comum em operações diárias, como reconhecimento facial e comandos de voz, e também foi integrada nas operações do Judiciário, incluindo processos decisórios.

Na explanação sobre as Noções Preliminares sobre a Inteligência Artificial, as autoras explicam o conceito de inteligência artificial e sua aplicação em diversas áreas. Elas ressaltam que, desde 2016, a utilização da IA aumentou significativamente devido à redução dos custos de armazenamento e à maior capacidade de processamento de dados, facilitando a organização de dados não estruturados e auxiliando na tomada de decisões.

Neste capítulo: A Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro. As autoras descrevem diversos projetos inovadores. O Supremo Tribunal Federal (STF) desenvolveu o projeto Victor, em parceria com a Universidade de Brasília, para identificar recursos e separar peças processuais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) está desenvolvendo o projeto Sócrates para reconhecimento de texto e classificação de processos. Outros tribunais, como o de Minas Gerais e o do Rio Grande do Norte, também implementaram sistemas de IA para melhorar a eficiência processual. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu um laboratório de inovação e um centro de IA voltado para o Judiciário.

As autoras concluem que a IA é uma realidade em diversos tribunais brasileiros, com o objetivo principal de conferir maior celeridade aos processos judiciais. As funções mais comuns da IA incluem a identificação de peças processuais e a classificação de casos. A região Nordeste destaca-se no uso de IA no sistema judiciário. O CNJ criou um laboratório de inovação para integrar os sistemas de IA dos tribunais e aumentar a produção de estatísticas judiciais.

A pesquisa demonstra que a implementação de IA nos tribunais brasileiros aumenta a eficiência e a produtividade dos processos judiciais. Os resultados indicam que a IA facilita a gestão de grandes volumes de dados e melhora a tomada de decisão. A pesquisa sugere que futuras discussões devem abordar a regulação e os impactos éticos da IA no Judiciário.

Referências

BRAGANÇA, Fernanda; DA FPG BRAGANÇA, Laurinda Fátima. Revolução 4.0 no poder judiciário: levantamento do uso de inteligência artificial nos tribunais brasileiros. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 23, n. 46, p. 65-76, 2019. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/256/194>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020.

DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.